

## OS TRABALHISTAS E A BUSCA DOS SINDICATOS E TRABALHADORES BRASILEIROS, 1945-1964

Rafael Leite Ferreira<sup>i</sup>

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. 2. ed. São Paulo: LTr, 2011, 280 p.

No final de 2011, retornou a público, o livro da professora Lucilia de Almeida Neves Delgado, “*PTB: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)*” – resultante de sua tese de doutorado em Ciência Política (USP) –, cuja primeira edição foi publicada em 1989, há mais de duas décadas. A reedição do livro veio, de fato, em boa hora, uma vez ele se constitui em um clássico sobre a história do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), frequentemente recomendado como leitura obrigatória nos cursos de História, Sociologia e Ciência Política, e encontrava-se, há alguns anos, esgotado nas livrarias e sebos do país.

De modo geral, o objetivo central da autora nesta obra foi traçar uma trajetória do PTB – entre sua fundação em 1945 e a sua extinção em 1964, através do golpe civil-militar – destacando a sua relação com o Estado, com outros partidos políticos e com os movimentos sociais, especialmente o movimento sindical. Nos quatro capítulos da obra, Lucilia procurou apresentar as profundas mudanças ocorridas no partido ao longo do período de 1945 a 1964. Segundo a autora, durante este período, o PTB, de uma maneira geral, atravessou por duas fases: a primeira, entre os anos de 1945 e 1954, quando prevaleceu um forte anticomunismo e uma enorme influência da figura do presidente Getúlio Vargas. A segunda correspondeu aos anos de 1955 a 1964 quando o partido se distanciou do getulismo, aproximou-se do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e incorporou as bandeiras das reformas de base.

Para construir a história do partido, Lucilia empregou basicamente três grupos de fontes. O primeiro envolveu um rico aprofundamento da bibliografia existente sobre os partidos políticos, em especial o PTB. O segundo compreendeu a análise de diversas fontes primárias (jornais da grande imprensa; arquivos de políticos e de líderes sindicais ligados ao PTB; discursos e entrevistas de parlamentares do partido; projetos de lei apresentados ao Congresso Nacional; mensagens

presidenciais ao Congresso Nacional etc.). O último grupo constou de entrevistas com ex-militantes do PTB, ex-dirigentes sindicais, ex-ministros de Estado e ex-militantes do PCB.

No primeiro capítulo – “*Formação do PTB: Trabalhismo e Getulismo no Contexto de instituição do pluripartidarismo*” –, a autora procurou explicar a criação do PTB no contexto de derrocada do Estado Novo e de formação do sistema multipartidário no país em 1945. De acordo com Lucilia, em fins de 1944 e início de 1945, percebendo que o fim do Estado Novo era eminente e em razão de seu desgaste com a cúpula militar, Vargas rapidamente tratou de convocar eleições gerais e definir os requisitos para a criação de novos partidos políticos.

Em relação à cronologia de formação dos partidos políticos, cabe salientar que há uma significativa diferença de interpretação entre Lucilia Delgado e Angela de Castro Gomes. Enquanto que a primeira estudiosa aponta para fins de 1944, a segunda antecede em muito esta data, destacando que:

[...] foi a partir de 1941 que os primeiros esforços mais diretamente ligados com a questão da formação de um partido começaram a ser desenvolvidos no Brasil [...] cujo objetivo prioritário seria constituir-se numa grande base de apoio político para o presidente Vargas (GOMES, 2005, p. 267).

O desejo de Vargas e dos getulistas em se fazerem presentes na nova realidade política levou-os inicialmente à ideia de criação de um único e grande partido, reunido todas as forças políticas aliadas ao presidente. Ou seja, formar um grande e único partido que angariasse a simpatia dos políticos do regime e das novas lideranças e massas sindicais. Como esse desejo inicial se tornava irreal na prática – articular, em um mesmo partido, as tradicionais elites do país e as novas lideranças sindicais –, Vargas então deu total apoio à formação de duas novas organizações partidárias: o Partido Social Democrático (PSD) e o PTB:

Embora se possa defender que o desejo inicial do regime era reunir em um único e grande partido todas as forças políticas ‘do’ presidente, torna-se difícil sustentar que este desejo fosse naquele momento uma real possibilidade (GOMES, 2005, p. 281).

O PSD era formado pelos interventores estaduais, funcionários do alto escalão do Estado Novo, alguns segmentos da classe média urbana e, principalmente, representantes das oligarquias estaduais.

O PSD seria detentor de uma vigorosa máquina eleitoral, reforçada pela larga experiência do jogo político, que possuíam seus integrantes: sua força se faria sentir já nas primeiras eleições, embora sua ideologia se caracterizasse por um traço negativo, ausência de unidade (SOLA, 2001, p. 280).

Já o PTB representou a ideia de Vargas em criar um partido a fim de cultivar sua popularidade diante das novas forças sociais nascidas com a industrialização, especialmente o operariado urbano, unindo presidente e trabalhadores em um único partido. A popularidade de Vargas é visível, por exemplo, na seguinte fala de Jacob Gorender, que se espantou por volta de 1945 ao perceber que apesar da ditadura:

[Vargas] era popular, que dispunha de enorme prestígio entre os trabalhadores. O movimento quemista de 1945 mostrava isto e, depois, a própria eleição espetacular do ex-ditador. Quer dizer, o ditador odiado era um homem popular. Ele não havia sido somente um ditador e exercido apenas a função da coerção, mas havia exercido também a função do consenso. Havia conseguido o consenso de grandes massas trabalhadoras (GORENDER, 1988, p. 60).

Maria Victoria Benevides realizou uma analogia entre essa política de criação dos dois partidos com as mãos do presidente Vargas. O PSD representava a “mão direita”, que reunia os interesses dos donos de terras e da burguesia comercial; enquanto que o PTB representava a “mão esquerda”, que visava “[...] aglutinar as novas forças sociais nascidas do impulso para a industrialização”, especialmente, os operários urbanos (BENEVIDES, 1983, p. 9). Ao primeiro caberia preservar os compromissos com as “classes conservadoras” e ao segundo caberia atingir o operariado urbano frente à ameaça de influência do PCB sobre os sindicatos.

O investimento realizado por Vargas durante a administração de Alexandre Marcondes Filho (dezembro de 1941 a outubro de 1945) à frente do Ministério do Trabalho na formação de uma ampla base política no seio da classe trabalhadora – através tanto da campanha de sindicalização, bem como pelo esforço doutrinário na construção da imagem de Getúlio Vargas como defensor dos interesses dos trabalhadores – é evidência mais que suficiente para a conclusão do quanto se apostava neste filão político. Daí o esforço do governo em criar o PTB, um partido que teria o objetivo, portanto, de atrair em peso os votos dos trabalhadores e das novas lideranças sindicais – “as classes populares” em geral.

Como se pode perceber, a ideia de Vargas era claramente obter apoio das

“oligarquias estaduais”, através do PSD, por um lado, e dos assalariados urbano-industriais, através do PTB, por outro. Nas palavras de Lucília:

[...] Vargas, ao ser pressionado pelos grupos e partidos de oposição, percebeu que sua queda seria possível. Nessa ocasião, exatamente no dia 10 de outubro de 1945, fez o primeiro discurso público no qual conclamou os trabalhadores e populares a reforçarem as fileiras do PTB (DELGADO, 2011, p. 59).

Para criar o PTB, Getúlio Vargas elaborou um sofisticado, complexo e eficiente projeto político de adesão dos sindicatos ligados ao Ministério do Trabalho. Os sindicatos foram o principal local de atuação e de base política-eleitoral do PTB. Para Lucília Delgado, a busca do PTB pelo apoio dos trabalhadores urbanos fez dos sindicatos os locais de excelência para a sua militância política. “Os sindicatos foram todos mobilizados, através de um incentivo fiscal, para engrossar com seus militantes os quadros do PTB” (DELGADO, 2011, p. 74).

A criação do PTB representou, portanto, o esforço de Getúlio Vargas em aprofundar sua base de apoio com os trabalhadores, em se fazer presente na nova realidade política, de preservar seu carisma e sua influência personalística sobre os trabalhadores urbanos e de bloquear a crescente expansão do PCB junto à classe trabalhadora. Nas palavras de Maria Celina D’Araujo, o PTB foi, de fato, “[...] um partido de origem carismática e personalista, que orbitou em torno da figura de Getúlio Vargas” (D’ARAUJO, 1996, p. 89). O PTB representava, portanto, a mobilização e o apoio popular à figura de Vargas. Isto é, representava a “ponte” do presidente junto ao movimento sindical e aos trabalhadores. Neste sentido, buscando estabelecer uma sólida e permanente relação com a classe trabalhadora e os sindicatos, o PTB incluiu em seu programa e estatutos iniciais “a defesa das leis trabalhistas” conquistadas durante o Estado Novo, além das propostas de maior liberdade para os sindicatos e maior participação dos trabalhadores na vida política do país.

Sobre o programa do PTB, este era composto por 30 pontos – 27 dos quais dedicados a objetivos socioeconômicos. Além da defesa e ampliação das conquistas sociais e trabalhistas, se destacam também nesse programa a luta anti-imperialista e a defesa do “desenvolvimento nacional autônomo”.

Embora o peso e a influência da figura de Vargas tenham sido predominantes sobre o PTB, sobretudo em seus primeiros anos, o partido não se constituiu em um

grupo homogêneo. Havia facções e tendências que travavam internamente uma acirrada luta de posições.

Na primeira publicação do livro em 1989, Lucilia Delgado distinguiu duas principais tendências no interior do PTB. A primeira diz respeito aos “*pragmáticos getulistas*” – grupo ligado à figura de Vargas e formado por burocratas vinculados à estrutura do Estado através do Ministério do Trabalho e por sindicalistas ligados ao corporativismo sindical oficial. Dentre os principais expoentes dessa corrente destacaram-se Agamenon Magalhães, Alexandre Marcondes Filho, Hugo Borghi, Salgado Filho, Segadas Viana etc. Segundo a autora, a proposta destes petebistas, apesar de suas diferenças internas, poderia ser sintetizada em um único lema: cultivar o carisma de Getúlio Vargas como instrumento de mobilização política e social (DELGADO, 2011, p. 62).

A segunda tendência refere-se aos “*doutrinários ideológicos*” – cujas propostas centravam-se na ideia de que o PTB deveria se organizar sobre uma doutrina trabalhista socializante, independente de carismas pessoais e de estruturas oficiais. Isto é, este grupo criticava o excesso de personalismo na agremiação e os constantes acordos “eleitoreiros” que os “pragmáticos getulistas” articulavam. Os “doutrinários ideológicos”, embora defendessem a ideia de um trabalhismo mais autônomo com relação a Vargas, reconheciam que, para consolidar o partido, era difícil prescindir da figura do presidente. Dentre os principais “doutrinários”, destacaram-se Lúcio Bittencourt, Fernando Ferrari e, especialmente, o sul-riograndense Alberto Pasqualini, considerado o grande teórico do PTB (GRIJÓ, 2007, p. 95).

De acordo com Lucilia, minoritário durante um longo período, o grupo dos “doutrinários ideológicos” passou a dominar o interior do PTB no momento de declínio do getulismo, iniciado após a morte de Vargas. Assim, o PTB, paulatinamente, deixou de ser apenas um partido “getulista e personalista” para tornar-se também um partido “reformista”, comprometido com o nacionalismo e o programa de reformas econômicas e sociais – adotando, assim, uma posição mais próxima das propostas defendidas por Pasqualini.

Em 2001, Lucilia Delgado reconheceu que à época da escrita de “*PTB: do Getulismo ao Reformismo...*” havia cometido um erro por apresentar apenas duas tendências no interior do PTB. Contudo, as suas pesquisas posteriores sobre a temática lhe evidenciaram o acréscimo de uma terceira corrente: a dos “*pragmáticos*

*reformistas*” (DELGADO, 2001, 167). As três tendências do PTB apresentadas neste texto foram os “*pragmáticos getulistas*”, os “*doutrinários trabalhistas*” (correspondentes aos “*doutrinários ideológicos*” apresentado na obra de 1989) e os “*pragmáticos reformistas*”. Esta terceira tendência passou a fazer parte, portanto, das análises atuais da autora sobre o PTB.

Para Lucilia, os “*pragmáticos reformistas*” atuaram principalmente a partir do final dos anos 50, quando o PTB, através de uma nova geração de políticos, buscou implantar uma solução de consenso que abrigasse contribuições tanto dos “*pragmáticos getulistas*” quanto dos “*doutrinários ideológicos*”. Dessa forma, mantiveram a relação de culto a Vargas, mas adotaram parte expressiva das propostas socializantes de Pasqualini, adaptando-as ao clima da época, que estava contagiado por um discurso e um imaginário de forte teor *nacionalista* e *reformista*. O principal expoente desta terceira tendência foi o presidente João Goulart.

É importante sublinhar que, embora Lucilia Delgado a partir de 2001 tenha começado a considerar uma terceira tendência no interior do PTB, na reedição do livro “*PTB: do Getulismo ao Reformismo...*” de 2011, a autora escolheu – a meu ver, equivocadamente – manter o texto original, reproduzindo assim o erro de análise da primeira edição de 1989.

No segundo capítulo – “*O crescimento do Partido Trabalhista Brasileiro e a influência de Getúlio sobre o partido*” –, a autora analisou as principais mudanças ocorridas no PTB entre a eleição presidencial de Vargas, em 1951, e a sua morte no ano de 1954.

De acordo com Lucilia, a ligação estabelecida por Vargas entre o PSD e o PTB, desde a criação das duas legendas, permaneceu em voga, até mesmo depois de sua morte, persistindo concretamente até o golpe civil-militar de 1964, quando se impôs o fechamento dos dois partidos no país através do Ato Institucional nº 2 (AI-2). No entanto, destacou a autora: “[...] essa foi uma aliança desequilibrada em termos de distribuição de espaços de poder, fato que levou um representativo número de petebistas a adotar, ao longo do período, uma posição de divergência em relação a Vargas” (DELGADO, 2011, p. 98).

A “disputa” entre as duas legendas por maiores espaços políticos ficou clara, por exemplo, na composição ministerial de Vargas em 1951. Ao formar seus ministérios – chamado de “Ministério da Experiência” –, ele procurou distribuí-los em diferentes partidos, até mesmo os da oposição, como a União Democrática Nacional

(UDN). O PSD ficou com a maior parte dos ministérios e ao PTB foi concedido apenas o Ministério do Trabalho.

Durante o segundo governo Vargas, o Brasil passou por uma enorme crise econômica (majoritariamente, salários em queda e inflação em alta). Uma vez que o custo de vida aumentou e o poder de compra da classe trabalhadora caiu consideravelmente, o PTB – que, durante esse período, ficou à frente do Ministério do Trabalho – passou a enfrentar uma enorme dificuldade em intermediar a relação entre o governo e os trabalhadores. No curto período de 1951 a 1953, por exemplo, o presidente Vargas trocou três ministros da referida pasta: Danton Coelho, Segadas Viana e João Goulart – todos do PTB.

João Goulart era um jovem gaúcho estancieiro que havia assumido a presidência do PTB desde junho de 1952 – cargo que ocupou até 1964. À época do segundo governo Vargas, Jango já era uma figura pública reconhecida e de grande prestígio em todo o país. De acordo com Lucilia Delgado, a sua nomeação para o Ministério do Trabalho, em 1953, demonstrou claramente a instabilidade político-econômica do período: “A escolha de Jango não foi mais do que uma tentativa de reaproximação Vargas-trabalhadores. [...] Jango procurou pôr em prática uma política de mobilização operária que poderia fortalecer um governo constantemente fustigado pela oposição udenista” (DELGADO, 2011, p. 133). Como destacou Lucilia, o ministério de Jango foi um importante elemento de recuperação do prestígio tanto de Vargas quanto do PTB junto aos trabalhadores e sindicatos.

No terceiro capítulo – “*O Partido Trabalhista Brasileiro e a alternativa reformista*” –, Lucilia Delgado buscou analisar o processo de transformação pelo qual passou o PTB no período compreendido entre a morte de Getúlio Vargas, em 1954, e os últimos meses do governo Juscelino Kubistchek (1956-1961).

De acordo com Lucilia, após o suicídio de Vargas, temendo um golpe da direita, o PCB afastou-se, temporariamente, de seu projeto revolucionário e passou a propor uma aliança explícita ao PTB e um possível apoio a Juscelino Kubistchek, caso ele visse a se candidatar ao cargo de presidente da República. “[...] os trabalhistas não recusaram o apoio dos comunistas. [...] Aliaram-se ao PCB, trazendo militantes desse partido para direção e participação em órgãos do Estado que estavam sob seu controle” (DELGADO, 2011, p. 163).

A aliança PSD-PTB (com o apoio velado do PCB) acabou por levar Kubistchek à presidência. A respeito da aliança entre o PTB e o PCB, Lucilia

escreveu: “De fato, o desenrolar da história pregou uma peça no PTB, levando-o a unir-se ao partido que os trabalhistas elegeram, quando de sua fundação, como seu primeiro adversário” (DELGADO, 2011, p. 150).

No final do governo JK, a aliança PSD-PTB começou a apresentar notáveis fissuras e dificuldades. Nesse período, os interesses dos grupos conservadores do PSD começaram a ficar fortemente ameaçados pelo avanço das propostas “reformistas” (defendendo, inclusive, a reforma agrária) que o PTB ia tomando. A respeito desta questão, Francisco Teixeira da Silva completou: “A insistência na reforma agrária foi o principal elemento do afastamento entre o PTB e o PSD, levando esse último para uma aliança com a UDN, velha inimiga de Vargas, Goulart e Brizola, rompendo com os líderes do Trabalhismo brasileiro” (SILVA, 2000, p. 361).

Enquanto o PTB inseria alguns comunistas nos órgãos do Estado (Ministério do Trabalho, IAPs, DRTs etc.), o PCB dava apoio a Kubitschek, aumentando e consolidando a atuação do PTB nos locais de trabalho e sobre os sindicatos. Segundo Lucilia, nos anos finais do governo JK, o PTB não hesitou em atuar promovendo barganhas e favores, através do loteamento de cargos e da distribuição de verbas e recursos para os dirigentes sindicais vinculados ao seu partido e ao PCB.

Esta segunda fase do partido, caracterizada por um trabalhismo sem Vargas e pela dispersão do seu carisma, também foi marcada por um significativo crescimento eleitoral e pela ascensão de novas lideranças trabalhistas, como João Goulart, Leonel Brizola, Fernando Ferrari, San Tiago Dantas, Lúcio Bittencourt, entre outros, que representavam um “novo e verdadeiro” trabalhismo, opondo-se a um “velho e pragmático” trabalhismo.

Como se pode observar através do argumento da autora, o suicídio de Getúlio Vargas em 1954 foi, de fato, um profundo “divisor de águas”, uma verdadeira mudança de rumo na trajetória do PTB. A morte de Vargas levou, portanto, o partido a uma enorme aproximação com os comunistas e a caminhar em direção ao reformismo social.

Percebe-se, portanto, que à medida que as condições políticas, econômicas e sociais do país iam se modificando, o PTB e o PCB iam desenvolvendo uma crescente aproximação. A partir de 1954, o PTB “[...] migrou de um forte anticomunismo e de uma influência quase exclusiva do getulismo para uma aproximação com o Partido Comunista Brasileiro e para uma incorporação efetiva



das bandeiras das reformas de base” (DELGADO, 2011, p. 17).

De acordo com Maria Celina D’Araujo, a partir desse período, o PTB também passou por uma importante mudança em sua configuração partidária, diluindo seu caráter de “partido de classe”, ligado à classe trabalhadora, tal como o postulado em sua criação em 1945, para transformar-se num “partido de massas”, partido que almejava conquistar toda a nação (D’ARAUJO, 1994, p. 53).

No último capítulo da obra – “*O PTB na crise da Democracia Nacional Desenvolvimentista*” – Lucilia procurou analisar a atuação do PTB na conjuntura da crise político-institucional que precedeu ao golpe de 64. Segundo a autora, às eleições de outubro de 1960, com o apoio (velado) do PCB, formou-se uma chapa entre o marechal Henrique Teixeira Lott (PSD) e João Goulart (PTB), para presidente e vice-presidente, respectivamente, a fim de derrotar o personalista Jânio Quadros, candidato apoiado pela UDN. Um movimento denominado “jan-jan” (Jânio-Jango), que conclamava a população a votar de forma desvinculada nas chapas concorrentes à eleição presidencial, adquiriu força e acabou conseguindo eleger, com uma vitória esmagadora, Jânio para presidente e Jango para vice.

De acordo com Lucilia, pouco tempo depois, com a renúncia de Jânio Quadros e a posse de Jango, em setembro de 1961, os petebistas acabaram rompendo em teoria a sua tradicional aliança com o PSD e se ligando cada vez mais aos comunistas, ao passo que estas duas agremiações passaram, desta forma, a controlar a maioria dos sindicatos no país, incluindo organizações de cúpula.

Ao apresentar o distanciamento entre PTB e PSD no curso desse período, a autora buscou enfatizar tal atitude como um processo, determinado por uma série de conjunturas e circunstâncias políticas à época. Neste ponto, Lucilia, de fato, desbancou uma tese um tanto quanto limitada e muito difundida de Thomas Skidmore que explicava o distanciamento entre essas duas siglas exclusivamente a partir da personalidade do então presidente João Goulart:

Jango poderia ter se esforçado mais para angariar apoio partidário a uma emenda constitucional patrocinada pelo PSD em julho. Mas, por não impor sua própria liderança ao desorganizado PTB, permitiu que Brizola e os extremistas de esquerda ganhassem terreno no seu próprio partido. Isso, por sua vez, ajudou a empurrar o PSD para a militantemente antijanguista UDN, enfraquecendo a aliança PSD-PTB, que era a única esperança de Jango garantir apoio no Congresso para as reformas. Ele agora pregava a inevitabilidade das reformas sem nenhuma base coesa de apoio político (SKIDMORE, 2010, p. 305).

Ao se distanciar cada vez mais do PSD e ao aliar-se aos movimentos populares e ao PCB, o PTB, no início de 1964, abraçou de vez as bandeiras do nacionalismo e das reformas de base. Nesse período, o PTB e o PCB passaram a se envolver diretamente no debate político nacional e, algumas ocasiões, liderar as manifestações dos trabalhadores no período, não apenas por reivindicações econômicas, mas, principalmente, por reformas de base.

Como se vê, a essa altura dos acontecimentos, o PTB já tinha, de fato, se transformado. Passado de um partido de características marcadamente getulistas para um partido de feição primordialmente reformista – defendendo em sua pauta política, entre outras questões, a defesa da reforma agrária, a extensão das leis trabalhistas aos trabalhadores rurais e o combate aos cartéis estrangeiros. A defesa do PTB pelas reformas de base pode ser vista claramente, segundo Lucilia, por exemplo, durante o comício de 13 de março de 1964.

Entretanto, como destacou a autora, esse processo de aliança entre o PTB e o PCB visando à implantação das reformas de base no país foi completamente interrompido através do golpe de 31 de março de 1964. Segundo Maria Celina D’Araujo, quando veio o golpe, o PTB foi um dos principais alvos dos militares, pois este partido reunia uma série de postulados e de figuras políticas que sintetizavam o “inimigo” a ser combatido. Ou seja, para a autora, o golpe, além de outras questões, foi também contra o trabalhismo de Jango e as alianças e os compromissos que o PTB fez com a esquerda civil e os militares nacionalistas (D’ARAÚJO, 1994, p. 53).

A respeito das motivações que levaram setores da sociedade civil e militares ao golpe em 1964, não podemos nos esquecer da situação de alargamento da democracia política brasileira, das reformas sociais e políticas e da notável politização da organização dos trabalhadores experimentada no Brasil nos idos de março de 1964 que foram encaradas pelos setores conservadores como uma afronta e como uma clara demonstração de que João Goulart visava instituir uma “República sindicalista”, a “comunização” do país que, no limite, implicariam a dissolução da família e o fim da propriedade privada.

No entanto, excluindo-se a grita conservadora, avaliando calmamente a trajetória e a própria configuração interna do PTB, percebe-se que Jango, de fato, não tinha tendências comunistas e/ou revolucionárias. As acusações lançadas sobre ele correspondiam, é importante que se diga, a um discurso construído pelos setores conservadores no sentido de justificar os seus interesses de derrubar um governo

que estava tendo um apoio popular muito forte. No período anterior ao golpe, até mesmo o PCB não defendia uma revolução abrupta, mas sim uma transição lenta, gradual, contínua para o socialismo.

Na verdade, Jango fazia parte da tendência “*pragmática reformista*”, defensora da “perspectiva nacional-desenvolvimentista”, que se sustentava tanto na tendência “*pragmática getulista*” centrada na figura de Vargas (especialmente no que toca ao nacionalismo e ao aperfeiçoamento e ampliação das leis trabalhistas) quanto na tendência “*doutrinária ideológica*”, particularmente no que diz respeito à proximidade com a “social-democracia” e à distribuição de renda e o consumo para incrementar as atividades do capitalismo.

Os defensores do regime militar declaram que o movimento de 1º de abril de 1964 se fez “*contra* Goulart”, “*contra* a corrupção”, “*contra* a baderna e a anarquia que destruíam o país”. Mais correto seria afirmar, segundo Caio Navarro de Toledo, que o movimento representou: um golpe “*contra* a incipiente democracia política brasileira”, “*contra* as reformas sociais e políticas” e “*contra* a politização dos trabalhadores” e o promissor debate de ideias que, de norte a sul, ocorria no país (TOLEDO, 2004, p. 68).

As ações de Jango (inclusive, a reforma agrária), portanto, devem ser vistas como integrantes da tendência “*pragmática getulista*” do PTB que buscava “humanizar” o capitalismo para aperfeiçoá-lo e reforçá-lo. Ou seja, visava resolver os problemas sociais do país, superar o subdesenvolvimento, através de um processo pacífico, ou melhor, pela via legal do reformismo.

Por fim, cabe mencionar uma infeliz lacuna evidente no livro, notadamente no último capítulo que trata do período pré-golpe. O livro de Lucilia não analisa o desempenho do PTB nas eleições de 1962: suas articulações, seus apoios, sua campanha, suas disputas internas e eleitorais, suas dificuldades etc. É importante destacar que nessas eleições, o PTB elegeu 116 deputados e se tornou o 2º partido nacional em termos de cadeiras no Congresso, superando em muito as 66 cadeiras alcançadas nas eleições de 1958. Em 1962, o número de cadeiras no Congresso era de 409. O PTB, portanto, conquistou 28% dos assentos do Congresso. No Senado, o partido obteve 12 das 45 cadeiras então disputadas (um percentual de 28%). Em relação aos governos estaduais elegeu 3 (Acre, Amazonas e Rio de Janeiro – e a vice-governança na Guanabara) dos 11 então em disputa.

Apesar das compreensíveis lacunas e falhas, a reconstituição histórica

apresentada por Lucilia Delgado em “*PTB: do Getulismo ao Reformismo...*” é, sem sombra de dúvidas, atual e de extrema importância para os estudiosos do período republicano brasileiro, não apenas para entender o processo de transformação pelo qual passou o partido ao longo de dezenove anos (1945-1964), mas também para a compreensão daqueles anos emblemáticos de interregno democrático. Parafraseando Antonio Gramsci, pode-se dizer que, ao analisar a trajetória do PTB, Lucilia analisou a história do Brasil durante aquela conjuntura, de um ponto de vista monográfico, destacando um aspecto característico. Lucilia analisou, portanto, a história de um partido que, criado, num primeiro momento, para atender os interesses de Getúlio Vargas, migrou para uma postura trabalhista, reformista e nacionalista, funcionando, dessa forma, por um longo período, como meio de canalização das pressões populares e também como condicionador do potencial reivindicativo e político dos trabalhadores pelo Estado.

## REFERÊNCIAS

- BENEVIDES, Maria Victoria. “Getúlio Vargas e os partidos: um caso de sedução política”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 9, 17 abr. 1983.
- D’ARAUJO, Maria Celina. “Raízes do golpe: ascensão e queda do PTB”. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D’ARAUJO, Maria Celina; PINTO, Almir Pazzianoto (Orgs.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Sindicatos, carisma & poder: o PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. “Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)”. In: FERREIRA, Jorge. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- \_\_\_\_\_. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. 2. ed. São Paulo: LTr, 2011.
- GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- GORENDER, Jacob. “Coerção e consenso na política”. *Estudos Avançados*, v. 2, n. 3, p. 52-66, 1988.

- GRIJÓ, Luiz Alberto. “Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *As Esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 2.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984”. In: LINHARES, Maria Yedda Leite (Org.). *História Geral do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.
- SKIDMORE, Thomas E.. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SOLA, Lourdes. “O golpe de 37 e o estado novo”. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. 21. ed. São Paulo: DIFEL, 2001.
- TOLEDO, Caio Navarro de. “1964: o golpe contra as reformas e a democracia”. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

## NOTAS

---

<sup>i</sup> Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco em 2012. Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bolsista CAPES. Assessor da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC/PE).